

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - 20/12/2023**

Ao vigésimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, em primeira chamada e, por não atingir o quórum mínimo necessário, conforme disposição estatutária, em segunda chamada às dez horas minutos, em uma tenda localizada em frente a reitoria 1 da UFSC - Campus Florianópolis no Bairro da Trindade reuniram-se os Técnico-Administrativos em Educação de forma presencial e com transmissão online para os TAES dos campi para mais uma Assembleia Geral Extraordinária, instaurada conforme edital de convocação nº 014/SINTUFSC/2023. A mesa coordenadora dos trabalhos foi apresentada, aprovada e dirigida por Eduardo Mello Garcia e Rossana Lopes de Souza, diretores do SINTUFSC. Em seguida, foi feita a leitura do edital de convocação da assembleia que continha a seguinte ordem do dia: **1 - Encaminhamentos da Assembleia Geral Anterior; 2 - Informes; 3 - Análise de Conjuntura; 4 - Avaliação da mesa de negociação 18/12 - Estado de Greve; 5 - Outros Assuntos.** Após a leitura, a assembleia foi consultada sobre a composição das pautas do edital 14/2023, as quais foram aprovadas por unanimidade. Assim, deu-se início ao primeiro ponto da ordem do dia: **1 - Encaminhamentos da Assembleia Geral Anterior:** Eduardo Mello Garcia comunicou que a última assembleia do SINTUFSC ocorreu em 07/11/2023, às 10h, em uma tenda localizada na entrada da UFSC - Campus Florianópolis, no Bairro da Trindade, conforme edital de convocação nº 013/SINTUFSC/2023. Coletivamente, foram deliberados os seguintes encaminhamentos: Foi aprovado por ampla maioria o envio de representantes a Brasília para participar da Mobilização Nacional ocorrida em 16/11/2023, em virtude da mesa de negociação com o governo federal. Sendo eles: Cláudio Hoher da Trindade, Enézimo Marcelino, Luiz Carlos Bianeck, Rosana de Souza e Vera Lúcia Silva. Foram eleitos delegados/as para a Plenária Nacional da FASUBRA em 09 e 10/12/2023: Rossana Lopes Pereira de Souza (representante da diretoria), Vera Lúcia Silva,

Amanda Bastos Pereira, Carlos Antonio Marques, Rosana de Souza, Enézimo Marcelino (vulgo Macalé). Cláudio Hoher da Trindade foi eleito suplente. Foi aprovada por unanimidade a seguinte pauta a ser defendida durante a Plenária da FASUBRA: Reposição salarial de 70% com paridade para os salários dos aposentados, reajuste dos benefícios, especialmente o auxílio saúde que está há 14 anos sem reajuste, e o retorno do dinheiro que foi cortado da educação superior e nível básico. Finalizada a leitura dos encaminhamentos da assembleia anterior, deu-se sequência a pauta. **2 - Informes:** Eduardo Mello Garcia lembrou a mobilização realizada no dia 18/12, com atividades ocorridas em frente à reitoria da UFSC. Ele salientou que não houve possibilidade de realizar uma paralisação, pois a FASUBRA convocou a atividade com poucos dias de antecedência, o que inviabilizou o chamamento de uma assembleia, bem como a comunicação de paralisação com 48 horas de antecedência à reitoria. Eduardo também agradeceu publicamente ao professor Paulo Rizzo por realizar uma avaliação da mesa de negociação durante a atividade de formação ocorrida em 18/12. Rossana Lopes de Souza iniciou sua fala relatando como ocorreu a última plenária da FASUBRA, da qual ela era delegada. Segundo a diretora, os temas debatidos foram carreira, avaliação da mesa de negociação, construção da unidade da categoria e articulação com o SINASEFE. Ela ponderou que durante a plenária já se tinha ciência de que a mesa de negociação seria frágil por parte do governo federal e que seria necessário responder ao governo com uma proposta que não atendia às necessidades dos trabalhadores ativos e aposentados. Situação que resultou na assembleia desta manhã. Enésimo Marcelino (Macalé) comentou que durante a plenária em Brasília o clima estava tenso, com divisões internas dentro da federação. Ele refletiu que está há 35 anos na universidade, mas tem o menor salário, que hoje quer se aposentar, mas não consegue, pois perderia vários benefícios, o que o levaria a procurar outro emprego, e que isso uma vergonha com os servidores públicos. Ele também ponderou que hoje tem um empréstimo altíssimo em seu nome que é reflexo dos baixos salários. Ele disse não admitir que servidores estejam contentes com o aumento de R\$300 no vale alimentação, pois isso é uma migalha. Ao final da plenária, ele avaliou que ocorreu algo positivo, que foi o chamamento de Estado de Greve, e expressou o desejo de que no próximo ano ocorra uma boa greve. Vera Lúcia Silva

elogiou a atual diretoria do SINTUFSC e comentou que são diretores que, mesmo após serem eleitos, continuam dando atenção aos filiados. Ela reclamou que durante a plenária não foi possível assisti-la até o fim, pois terminou tarde e devido ao horário do voo, perdeu-se o momento final. Ela solicita que no próximo ano os horários dos voos sejam reavaliados, pedindo que isso seja um encaminhamento da assembleia. Vera também defende que é momento de unidade e de mobilização. Não havendo mais inscrições, iniciou-se o próximo tema. **3 - Análise de Conjuntura:** Jorge Balster avaliou que a atual direção da FASUBRA é uma continuidade da anterior e que o contexto atual reflete influências nacionais e internacionais. Ele apontou um paradoxo no qual o Congresso Nacional tem uma composição conservadora, enquanto o presidente tem um projeto conhecido há tempos. Da mesma forma, observa-se um congresso que parece dirigir de forma mais efetiva que o executivo, e por vezes, um judiciário com posições estabanas. Para ele, a FASUBRA segue o mesmo caminho, sendo uma diretoria que está enrolando a categoria desde o tsunami da educação. Balster exemplificou com a figura de um servidor que denuncia o sucateamento da universidade, mas não aborda o cerne da precarização que está na desvalorização dos servidores, considerados os mais desvalorizados do executivo. Ele também destacou seus esforços para mobilizar a categoria, argumentando que não basta apenas reclamar; é necessário luta e organização, e a greve é uma consequência disso. No entanto, ele criticou a decisão de chamar o Estado de Greve, principalmente considerando o período de férias. Para Balster, isso representa uma falta de comprometimento da FASUBRA com os servidores, já que, segundo ele, a federação oferece aumentos em benefícios que muitos não acessam, como auxílio saúde, auxílio creche, e o auxílio alimentação, que parece ignorar as necessidades dos aposentados. Ele concluiu que tudo isso reflete uma federação que não lutou ao longo dos anos, impactando negativamente a vida dos servidores aposentados. Eduardo Mello Garcia avaliou que o que se observa na universidade hoje é resultado do processo de sucateamento do serviço público, como o congelamento dos salários e infraestrutura desde 2016, quando da aprovação do Teto dos Gastos. Acrescentou que a pandemia, que nos forçou a ficar em casa e lutar contra um governo relutante em comprar vacinas, agravou a situação. Mesmo com o

imobilismo, destacou que houve luta durante o governo Bolsonaro, com ações nas ruas que contribuíram para a mudança de poder. Eduardo ressaltou a ameaça representada pela reforma administrativa, superada inicialmente, mas ainda presente no cotidiano. Ele mencionou um grupo político que sempre adia a mobilização, utilizando o argumento de que "não é o momento". Exemplificou com a greve de 2022, que alguns acreditavam que afetaria a eleição de Lula, mas que foi crucial para manter o valor do passe do Restaurante Universitário. Após a eleição de Lula, esse grupo novamente defendeu que "não era o momento" de mobilização, argumentando que o Brasil da esperança precisava de tempo para reconstruir o país. Concluiu enfatizando que não há milagre, é necessário mobilização. Apesar de termos um governo progressista, ele destaca que é um governo de conciliação que não percebe a impossibilidade de conciliação entre as classes antagônicas. Eduardo questionou: Quando é o momento? E destacou que o sindicato somos todos nós, e é hora de discutir o Estado de Greve. Jorge Balster elogiou a fala de Eduardo, destacando sua poeticidade. Ele criticou aqueles que, sendo partidários da FASUBRA, afirmam que em sua época as condições eram melhores, ressaltando que esse também foi o seu tempo. Balster enfatizou que a luta é no presente e que é necessário enfrentar os desafios atuais. Lembrou de conquistas do passado, como o fechamento do NPD (Núcleo de Processamento de Dados), atual SETIC. Porém, lembrou das mudanças para o formato online. Comentou sobre a transformação da Biblioteca Universitária (BU), que agora não tem mais acesso presencial, e o Restaurante Universitário (RU) que antes contava com servidores, agora são terceirizados. Ele argumentou que superar esses desafios depende da ação conjunta, organizada e centrada em objetivos claros, destacando que isso é um processo político. Jorge Balster salientou que, como base de sindicato, se não conseguem se organizar, é preciso tomar medidas. Ele enfatizou que a organização da luta não depende de ninguém além da própria base e que, se quiserem organizar a luta, isso dependerá do envolvimento dos membros da base. Ressaltou que o ano de 2024 está começando, e em março o cronômetro será lançado, indicando a urgência de ação. Além disso, Balster discutiu o combate ao sindicalismo em todos os governos, inclusive no governo de Lula, que, segundo ele, apostou no consumo via crédito. Ele alertou sobre a rolagem da dívida, beneficiando os bancos,

destacando a natureza do capitalismo dependente. Finalizou utilizando a metáfora do baile, enfatizando que se a categoria não entrar no palco, não conseguirá alcançar conquistas. Enésimo Marcelino (Macalé) confirmou a fala anterior, enfatizando que a união é essencial para alcançar conquistas. Ele expressou indignação com a ideia de alguns servidores de se desfilarem caso o sindicato não aceite a proposta do governo. Macalé enfatizou a importância de não desmobilizar, defendendo a necessidade de uma greve. Ele lembrou que no final da plenária, as pessoas iriam voltar para as bases para mobilizar, destacando que a história sempre foi marcada por greves, ocupações de reitorias, bloqueio de rodovias com queimas de pneus. Macalé ressaltou que nada vem de graça e que tudo é conquistado através da luta. Ele dirigiu uma mensagem aos novos membros da universidade, enfatizando que é crucial compreender que tudo depende da luta. Concluiu sugerindo que, se fosse mais jovem, consideraria sair da universidade. Bruno Pauletto iniciou sua fala com a seguinte pergunta: quantos de vocês convidaram colegas? Ele compartilhou sua tentativa de fazer isso e questionou quais desculpas outros ouviram. Pauletto ressaltou a importância de convencer os colegas a defenderem seus direitos, citando desafios específicos em um ambiente de trabalho extremamente conservador, onde os servidores podem se sentir desconfortáveis em se mobilizar. Ele enfatizou a necessidade de cada filiado abraçar a causa, vestindo a camisa do sindicato como uma forma de construir uma identidade coletiva e mostrar a existência da entidade. Bruno Pauletto solicitou que o sindicato permita que as pessoas levem camisetas para seus colegas de trabalho e as tragam para outras atividades, promovendo assim a visibilidade e o engajamento entre os membros. Matheus Brinhosa ponderou que hoje existe um problema de análise que confunde poder e governo, assim como sindicato e partido. Ele destacou que essa confusão é como uma mola com uma força motriz, onde um impulsiona o outro a se mobilizar. Matheus observou que, ao longo da história do Brasil, o congresso sempre foi predominantemente de direita. Ele também mencionou a divisão no governo, com uma parte se colocando como liberal e outros ministérios sendo chamados de "ministérios da perfumaria". Nesse contexto, Brinhosa ressaltou a importância de manter a mobilização, pois é através do sindicato que serão conquistados os direitos dos trabalhadores, independentemente das

orientações políticas do governo. Luiz Artur de Oliveira destacou que estão enfrentando a mesma conjuntura do passado com a FASUBRA, entidade que ele caracterizou como pelega. Ele observou que, se o próprio presidente da república fala sobre a necessidade de pressionar, isso pode ser visto como algo positivo, indicando a possibilidade de serem ouvidos, e, portanto, a importância de exercer pressão. Luiz Artur também mencionou um aspecto problemático relacionado ao fim do horário de verão da UFSC (jornada das 7h30 às 13h30) que pode levar ao esvaziamento da greve devido ao teletrabalho e à flexibilização. Ao avaliar seus dez anos na UFSC, Luiz Artur identificou pelo menos três gerações dentro das atividades do sindicato, destacando a variação ao longo do tempo. Ele enfatizou que é o momento de se mobilizar e se unir, sugerindo que isso pode gerar um bom resultado. Mesmo com todo o histórico, ele expressou otimismo, acreditando que será possível mobilizar pessoas, e afirmou que, mesmo com um número menor, como 50 pessoas, seria benéfico para dividir as atividades, panfletar e passar nos setores com menos trabalho. Renato Milis, do Colégio de Aplicação, enfatizou a importância de avaliar o cenário da disputa em que estão envolvidos. Ele apontou o compromisso do governo em zerar o déficit público e, ao mesmo tempo, gerar superávit no final do mandato. Milis destacou a ilegitimidade da dívida, com juros sobre juros, e a alocação de recursos públicos para benefício do capital, mencionando a dívida e grandes obras como exemplos. Ele explicou que, para alcançar esses objetivos, o governo faz esforços de arrecadação, mas isso não é suficiente para zerar o déficit, levando a cortes em outras áreas, como Previdência e folha de salários. Comparou essa situação com o ano de 2003, quando Lula prejudicou a Previdência dos servidores públicos. Renato Milis ressaltou que, hoje, Lula não irá propor uma reforma da previdência, mas buscará segurar na folha de salários. O servidor abordou duas expectativas que considera ilusórias nas categorias: a primeira relacionada aos 9% de reajuste em 2023, que alguns interpretam como atenção do governo aos servidores, mas Milis sugere que é uma forma de apaziguar os servidores e garantir um bom primeiro ano de mandato; a segunda é a expectativa de debate sobre carreira, sendo crucial falar sobre carreira dadas as condições atuais, mas ele argumentou que sem impor vitórias no reajuste salarial, será difícil avançar na carreira. Por fim, Renato

Milis comentou que considera acertada a convocação de atividades como preparação para uma grande greve em 2024. **4 - Avaliação da mesa de negociação 18/12 - Estado de Greve:** Eduardo Mello abriu o ponto, destacando que na última reunião da mesa de negociação, realizada em 18/12, o governo propôs reajuste de 0% em 2024 para os servidores públicos. Em contrapartida, haveria reajustes nos benefícios alimentação (de 658 para 1000 reais), saúde (de 144 para 215 reais), creche (de 321 para 484,9 reais) e reajustes nos anos de 2025 e 2026 com 4,5%. Ele avaliou essa proposta como uma perspectiva até o final do governo, indicando que, se aceitarem, não haverá melhoria, sendo considerada um "balde de gelo" para os servidores. Eduardo ressaltou que o valor proposto sequer cobrirá a inflação nos próximos anos. Além disso, mencionou que alguns servidores podem considerar os benefícios como bons, mas muitos não têm acesso a eles, sendo ainda pior para os aposentados. Diante dessa situação, Eduardo informou sobre a orientação da FASUBRA de aprovação de um Estado de Greve para iniciar o ano de 2024 com paralisações, pois considera essa a única forma de reagir à proposta do governo. Ele enfatizou que, se não lutarem, não terão nada melhor do que isso. Rossana Lopes de Souza reforçou a crítica à diretoria da FASUBRA, classificando-a como pelega, destacando que prorrogou as mesas de negociação e só chamou o estado de greve nos "45 minutos do segundo tempo", em 18/12. Ela enfatizou a importância de posicionar-se diante da proposta considerada ridícula pelo governo. Rossana argumentou que é necessário iniciar uma greve antes do início do semestre para que tenha impacto social, incluindo a possibilidade de trancar matrículas. Como assistente social, reconheceu a dificuldade dessa abordagem, mas enfatizou a necessidade de criar estratégias adaptadas aos novos moldes de trabalho, como flexibilização e teletrabalho. Brígida Carvalho Vieira (DGP), expressou um sentimento de raiva, relatando que foi uma das pessoas que acreditou que as negociações seriam mais tranquilas, especialmente após os 9% de reajuste ocorrido neste ano, sendo esta uma sinalização importante. No entanto, ela sente que foi uma total enganação, com as entidades nacionais fazendo parte desse cenário de fazer os trabalhadores acreditarem que as negociações aconteceriam. Brígida destacou que as reuniões foram canceladas sem resultados efetivos. Ela considerou as migalhas de auxílio saúde e alimentação

como insuficientes, prevendo uma defasagem ainda maior em 2026, o que seria o fechamento do caixa. Brígida expressou angústia diante da sobrecarga de trabalho, o desejo de melhorar a universidade e a constatação de que não têm outra ferramenta de luta além da greve. Ela também ressaltou a importância de exigir uma data-base, algo que toda categoria deveria ter, assim como ocorre no regime CLT. Enésimo Marcelino (Macalé) destacou a necessidade de exigir a data-base e também de lutar pela recuperação da licença premium que foi perdida, enfatizando que não podem deixar os aposentados de fora. Além disso, defendeu a ideia de iniciar uma greve no início de março, propondo a realização de reuniões setoriais até lá e a aprovação do estado de greve no momento presente. Matheus Brinhosa argumentou que a proposta de aumento da FASUBRA não é, de fato, um aumento. Mesmo que não haja inflação, a defasagem já estará presente a partir da proposta da FASUBRA. Ele ressaltou que o poder de compra dos servidores é atualmente muito menor e citou o exemplo dos administrativos da COMCAP, uma categoria que se mobiliza anualmente e consegue, pelo menos, arrancar a correção da defasagem. Jorge Balster lembrou de que em 2020 a FASUBRA tinha a pauta "Lula Livre", e embora compreendesse, enfatizou a importância de que pauta central deveria ser o aumento salarial para a categoria. Em 2022, em uma plenária, a FASUBRA colocou como pauta o apoio à eleição de Lula, e Balster expressou discordância, considerando absurdo uma entidade sindical defender uma política partidária. Ele ressaltou a situação desafiadora da greve, destacando sua oposição ao teletrabalho, considerando-o a morte anunciada do movimento. Balster questionou como seria possível realizar uma greve com o teletrabalho em vigor, observando que, durante uma greve, o trabalho é ainda mais intenso, cansativo e disruptivo da rotina. Ele expressou preocupação com a possibilidade de membros da UFSC que defenderam o teletrabalho permanecerem distantes da luta durante a greve, alertando que a ausência de mobilização poderia levar à extinção da categoria, com terceirizações já em andamento em setores como intérpretes de Libras, Restaurante Universitário, imprensa e outros. Carlos Antônio Marques relatou sua impressão na última plenária da FASUBRA, concordando com colegas que sentiram que a FASUBRA está dando carta branca ao governo, tentando protegê-lo. Ele observou que o governo trabalha para dividir os

servidores, como ocorreu com o aumento de 9%. Agora, segundo Marques, o governo busca novamente dividir, oferecendo aumento nos benefícios que não afetam os aposentados. Ele compartilhou a percepção de que alguns querem que aceitem o acordo atual, mas enfatizou que não devem cair nessa história. Marques reconheceu que o cenário não é favorável, mas argumentou que a greve é necessária. Ele reconheceu as preocupações sobre trancar a matrícula, que poderia prejudicar a universidade, e destacou que a situação é difícil, mas é crucial construir uma estratégia para a greve. Tienko Vitor da Rocha reforçou a necessidade de lutar contra o desmonte da educação, não apenas em relação à categoria, mas também pelas condições materiais de trabalho que muitos colegas enfrentam. Ele destacou o exemplo de Curitiba, onde um prédio está há mais de 10 anos sem ser concluído, evidenciando as dificuldades mesmo nos campi do interior, onde há apenas um prédio devido à destruição da educação pública. Tienko enfatizou a importância de defender a universidade pública e gratuita, mencionando um curso que não tem condições de operar. Ele admitiu que, mesmo com vergonha, continua defendendo o PT (Partido dos Trabalhadores), pois cresceu na roça e é filho de agricultores. Ele destacou que, assim como na universidade, o PT está adotando a política do agro para o campo. Assim, ele mencionou que escolheu usar uma camiseta preta como símbolo de luto pela situação que vivem, mas também como luto pela luta. Ele concluiu afirmando que estão juntos e seguirão na luta. Otávio Pereira concordou com as falas anteriores e destacou que sempre foi contra assembleias online, exceto para os campi do interior, pois não existe uma guerra sem soldados, sendo necessário contar com soldados no quartel. Ele enfatizou que não dá para fazer uma greve pela metade e, em estado de greve, é preciso passar nos setores, utilizando instrumentos musicais ainda no mês de fevereiro. Para Otávio, não é possível fazer uma greve de brincadeira, e aqueles que estão em teletrabalho e desejam aumento precisam participar presencialmente. Ele enfatizou que o movimento é hoje, é presencial e que é necessário fechar a UFSC. Otávio também mencionou a importância de conversar com alunos e professores, chamando-os para o movimento. Ele observou que hoje não há muitos pontos fortes, como Restaurante Universitário, Limpeza e Segurança, que são majoritariamente terceirizados. Portanto, em sua avaliação, é necessário fechar

o RU, pois isso atrai os estudantes e impede que a universidade siga normalmente. Brígida Vieira criticou uma publicação feita pelo governo federal no Instagram, onde destacaram o aumento do vale alimentação como forma de valorização do serviço público, ela questionou se isso era realmente suficiente. Ela também mencionou a declaração do governo de que abririam mais 100 institutos federais, questionando de onde viriam os recursos, visto que os existentes já estão sucateados. Além disso, Brígida informou sobre o bloqueio do orçamento da UFSC, que na última semana foi destinado apenas uma fatia de 4 milhões, enquanto a UFSC tem um gasto de 10 milhões. Ao fim do debate, a mesa coordenadora dos trabalhos colocou em regime de votação a rejeição à proposta do governo federal de reajuste apenas de benefícios em 2024, incluindo o Auxílio Alimentação (de R\$658,00 para R\$1.000,00 - aumento de 52%), Auxílio Saúde (de R\$144,00 para R\$215,00 - aumento de 49,3%), Auxílio Creche (de R\$321,00 para R\$485,90 - aumento de 51,4%), e de 4,5% de reajuste salarial para 2025 e 2026. Conjuntamente à negativa, a mesa questionou a plenária sobre a aprovação do estado de greve a partir de janeiro de 2024. Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade. Jorge Balster fez uma declaração de voto, lembrando que a câmara de vereadores aumentou seus salários, o exército teve reajuste salarial e o judiciário teve mais benefícios aprovados. Ele expressou o sentimento de ódio de classe, afirmando que esse ódio se faz de baixo para cima, pois de cima para baixo só há desprezo. **5 - Outros Assuntos:** Bruno Pauletto lembrou que em janeiro haverá eleição da CIS (Comissão Interna de Supervisão), abrirão quatro vagas, sendo importante que mais pessoas participem tendo em vista que hoje a comissão conta com dois membros. Ele também propôs uma moção para a reitoria, solicitando que o Restaurante Universitário (RU) fique aberto mais 15 minutos para que os servidores tenham tempo suficiente para se alimentar, tendo em vista que durante o horário de verão da UFSC todos os setores trabalham das 7h30 às 13h30, assim como o RU. O **encaminhamento** proposto foi de alterar o horário ou estender o horário do RU para que os servidores tenham acesso, e essa moção será enviada à reitoria. Camila Ferreira lembrou da situação dos terceirizados da empresa Anjus que estão com direitos atrasados, incluindo o décimo terceiro, e ressaltou a importância de acompanhar essa situação. Jorge Balster reforçou a presença de várias

categorias não regidas pelo RJU (Regime Jurídico Único) que trabalham dentro da UFSC, destacando a exploração dos trabalhadores terceirizados. Ele enfatizou a importância de planejar como se relacionar com os terceirizados de forma a não se colocarem como privilegiados. Jorge também destacou que o sindicato representa os trabalhadores da UFSC, não apenas os servidores, apesar dos impedimentos legais. Ele salientou a necessidade de encontrar formas de envolver os colegas terceirizados na luta, reconhecendo que sem sacrifício não há benefício. Vera Lúcia Silva solicitou que, caso ocorram atividades em janeiro, sejam criados mecanismos de divulgação para convencer os colegas a participarem. Eduardo Mello Garcia reforçou a importância da mobilização. E não havendo mais nada a tratar, os coordenadores dos trabalhos, Eduardo Mello Garcia e Rossana Lopes de Souza, agradeceram a presença de todos. Às 11 horas e 59 minutos, sem mais nada para acrescentar, deram por encerrada a assembleia geral extraordinária. Para constar, lavrou-se a presente ata, que será assinada por mim, Amanda Caroline de Oliveira, secretária ad.hoc, e pela coordenação dos trabalhos. A lista de presença contou com a assinatura de 42 trabalhadores presentes no Campus Florianópolis UFSC e 8 de forma remota presentes nos Campi do interior. A ata está arquivada na sede do sindicato, em arquivo próprio, juntamente com a gravação da assembleia e as listas de presença. Florianópolis, 20 de dezembro de 2023.